

AGENTE TÉCNICO - ADMINISTRADOR

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA
TIPO 1



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** é o período disponível para a realização da prova, **já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas** e o preenchimento da **folha de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- No cartão de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-lo.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em seu cartão de respostas ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição do cartão de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

“Consideramos estas verdades como evidentes por si: que todos os homens são criados iguais; que são dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis; que entre esses direitos estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade.”

Thomas Jefferson, Declaração de Independência dos EUA. (1776)

Sobre a significação e a estruturação desse segmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os três direitos citados ao final do texto são todos os direitos inalienáveis dos homens.
- (B) O fato de a forma verbal “Consideramos” estar no plural indica que são vários os autores do texto.
- (C) O termo “estas verdades” se refere a algo dito anteriormente, que não está registrado neste segmento.
- (D) Ao afirmar que “todos os homens são criados iguais”, o texto indica que todos os homens têm os mesmos direitos.
- (E) Ao dizer que as verdades citadas são “evidentes por si”, o autor do texto indica que elas necessitam de demonstração.

2

“O direito de voto para eleger representantes é o direito básico pelo qual os demais são protegidos. Retirar esse direito equivale a reduzir a pessoa à escravidão, pois escravidão consiste em estar sujeito à vontade de outrem.”

Thomas Paine. *Dissertação sobre os Primeiros Princípios do Governo*. (1795)

Sobre a significação ou a estruturação desse fragmento textual, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo “para eleger representantes” poderia ser adequadamente substituído por “para a eleição de representantes”.
- (B) Ao dizer que o direito de voto é “o direito básico”, o autor indica que a democracia é o melhor dos regimes.
- (C) O termo “os demais” se refere a todas as demais pessoas.
- (D) O termo “são protegidos” poderia ser passado para a voz ativa com a forma “pelo qual se protegem”.
- (E) A parte final do texto mostra o entendimento pessoal que o autor do texto dá à palavra “escravidão”.

3

“As leis são como as teias de aranha: as simples mosquinhas e as pequenas borboletas se prendem nelas, enquanto as grandes varejeiras malfazejas as rompem e passam através.”

Sobre esse fragmento textual, assinale a afirmativa correta.

- (A) A condenação expressa no texto se utiliza de linguagem lógica.
- (B) O autor condena certas leis que não se dirigem a reais problemas da sociedade.
- (C) O fragmento textual acima condena os privilégios de uma classe social sobre outras.
- (D) No segmento “se prendem nelas”, o pronome pessoal “elas” se refere às “simples mosquinhas”.
- (E) Segundo o texto, as leis são como teias de aranha porque servem para prender todos os que cometem crimes.

4

As frases a seguir têm as leis como tema; assinale a frase que mostra uma visão positiva das leis.

- (A) Em meio às armas, calam-se as leis.
- (B) Existem leis, mas não quem as proveja.
- (C) O mais corrupto dos Estados tem o maior número de leis.
- (D) A quem poderá ser apazível uma cidade, se não lhe agradam as leis?
- (E) A lei é a razão humana, enquanto governa todos os povos da Terra.

5

Leia o texto a seguir.

“Não devemos fazer da lei um espantalho / Armado para assustar a aves de rapina, / Mas deixado sempre estático, de modo que com o hábito / Ele não seja mais o terror delas, e sim o seu poleiro.”

Shakespeare, William. *Medida por Medida* (Ato 2, Cena 1).

A afirmação correta sobre as leis, que está implícita no texto, é que elas devem

- (A) proteger a todos.
- (B) modificar-se conforme as circunstâncias.
- (C) funcionar, devido ao medo que provocam.
- (D) ser amplamente divulgadas entre os cidadãos.
- (E) ajudar a todos em sua tarefa de obter alimentação.

6

Uma das marcas de um bom texto é a utilização de palavras em seu sentido adequado; assinale a opção em que a palavra sublinhada está adequadamente empregada.

- (A) As leis cumpridas são difíceis de entender.
- (B) É uma autoridade eminente e por isso ninguém o respeita.
- (C) A lei tem dois e apenas dois fundamentos: a equidade e a utilidade.
- (D) As leis são sempre úteis aos que possuem posses e nocivas aos que nada têm.
- (E) Quando vou a um país, não examino se tem boas leis, mas se as que lá existem são executadas.

7

Assinale a opção que indica a frase que está rigorosamente dentro dos modelos da norma culta.

- (A) Todos os convidados vestiam trajes à rigor.
- (B) Os policiais estavam cara a cara com os delinquentes.
- (C) Os promotores ficaram receiosos ante seus adversários.
- (D) As festas beneficentes nem sempre produzem dinheiro.
- (E) Entreguei a Constituição as advogadas para que ficassem bem-informadas.

8

As opções a seguir mostram duas formas corretas de uma mesma frase, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Voltamos de Alagoas. / Voltamos das Alagoas.
- (B) Vá até o tribunal e procure o Juiz. / Vá até ao tribunal e procure o Juiz.
- (C) Houve um acidente grave durante o julgamento. / Houve um incidente grave durante o julgamento.
- (D) A Constituição foi criada a 13 de junho de 1888. / A Constituição foi criada em 13 de junho de 1888.
- (E) À exceção de Bernardo, todos estiveram presentes. / Com exceção de Bernardo, todos estiveram presentes.

9

Leia o segmento a seguir.

“Agora que expliquei o título, passo a escrever o livro. Antes disso, porém, digamos os motivos que me põem a pena na mão. Vivo só, com um criado. A casa em que moro é própria; fi-la construir de propósito, levado de um desejo tão particular, que me vexa imprimi-lo, mas vá lá.

Um dia, há bastantes anos, lembrou-me reproduzir no Engenho Novo a casa em que me criei na Rua de Matacavalos, dando-lhe o mesmo aspecto e economia daquela outra, que desapareceu.”

Machado de Assis. *Dom Casmurro*. Livraria Garnier. 1ª ed. em 1899.

Sobre a estruturação ou a significação desse texto, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O segmento inicial “Agora que expliquei o título” se refere a algo já dito anteriormente.
- (B) O pronome “isso”, na expressão “Antes disso” se refere à ação de explicar o título do livro.
- (C) O pronome relativo “que” no segmento “que me põem a pena na mão” se refere ao substantivo “motivos”.
- (D) A frase “Vivo só, com um criado” mudaria de sentido se retirássemos a vírgula.
- (E) O pronome indefinido “outra” e o pronome relativo “que” no segmento “daquela outra, que desapareceu” mostram o mesmo antecedente.

10

Os segmentos textuais a seguir foram retirados do romance *Dom Casmurro*.

Assinale aquele que exemplifica o **modo descritivo** de organização discursiva.

- (A) Agora que expliquei o título, passo a escrever o livro.
- (B) Fiquei tão alegre com esta ideia, que ainda agora me treme a pena na mão.
- (C) Ia entrar na sala de visitas, quando ouvi proferir o meu nome e escondi-me atrás da porta.
- (D) Cumprimentou-se, sentou-se ao pé de mim, falou da lua e dos ministros e acabou recitando-me versos.
- (E) Não consulte dicionários. *Casmurro* não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo.

Raciocínio Lógico-matemático

11

Um sistema de criptografia atribuiu valores numéricos às letras do alfabeto. Cada letra recebeu um único valor. Letras distintas têm valores distintos.

Nesse sistema:

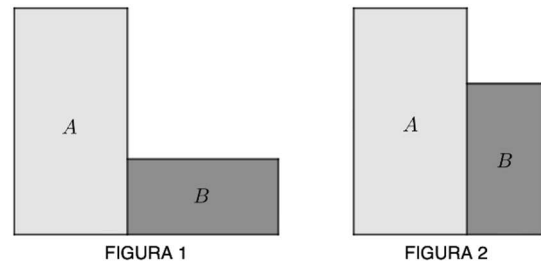
- a soma das letras da palavra NARA é 19;
- a soma das letras da palavra MARIA é 25;
- a soma das letras da palavra MAIARA é 27;
- a soma das letras da palavra MARIANA é 31.

Com base nessas informações, é correto afirmar que a valor atribuído a R foi

- (A) 10.
- (B) 11.
- (C) 12.
- (D) 13.
- (E) 14.

12

A figura a seguir ilustra dois retângulos, A e B, dispostos lado a lado de duas formas diferentes.



Na Figura 1, o menor lado de B está encostado no maior lado de A, de modo que o maior lado de B, na sua parte inferior, está perfeitamente alinhado com o menor lado de A, na sua parte inferior, formando uma figura em L cujo perímetro é 32 cm.

Na Figura 2, o maior lado de B está encostado no maior lado de A, de modo que o menor lado de B, na sua parte inferior, está perfeitamente alinhado com o menor lado de A, na sua parte inferior, formando uma nova figura cujo perímetro é 26 cm.

No retângulo B, a diferença entre as medidas do maior lado e do menor lado vale

- (A) 7,5 cm.
- (B) 6,0 cm.
- (C) 4,5 cm.
- (D) 3,0 cm.
- (E) 1,5 cm.

13

Em um jogo, sorteiam-se ao acaso, sucessivamente e sem reposição, números do conjunto {1,2,3,4,5,6,7,8}. Cada jogador recebe uma cartela com 6 números distintos desse conjunto. Duas cartelas quaisquer nunca têm exatamente os mesmos 6 números.

A quantidade máxima de cartelas distintas que se pode ter nesse jogo é

- (A) 28.
- (B) 36.
- (C) 42.
- (D) 48.
- (E) 56.

14

O "grau" do álcool doméstico indica a concentração de etanol presente na mistura com água. No Brasil, essa medida é expressa em **INPM**. Por exemplo, o álcool 46° INPM possui, a cada 100 gramas de produto, 46 gramas de etanol e 54 gramas de água e outros componentes.

Misturando-se 200g de álcool 46° INPM com 300 gramas de álcool 70° INPM, produz-se 500g de álcool com concentração INPM igual a

- (A) 59,4°.
- (B) 59,6°.
- (C) 59,8°.
- (D) 60,2°.
- (E) 60,4°.

15

Considere a proposição *P* dada por:

“Pelo menos um livro da minha biblioteca é sobre Matemática e nenhum dos discos da minha discoteca é importado.”

Assinale a opção que contém a negação de *P*.

- (A) Pelo menos um livro da minha biblioteca não é sobre Matemática e algum disco da minha discoteca é importado.
- (B) Pelo menos um livro da minha biblioteca não é sobre Matemática ou algum disco da minha discoteca é importado.
- (C) Pelo menos um livro da minha biblioteca não é sobre Matemática e todos os discos da minha discoteca são importados.
- (D) Nenhum livro da minha biblioteca é sobre Matemática ou algum disco da minha discoteca é importado.
- (E) Nenhum livro da minha biblioteca é sobre Matemática e algum disco da minha discoteca é importado.

Legislação e Código de Ética do MPES

16

João, servidor do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, foi promovido e passou a ocupar uma classe distinta daquela que ocupava, o que levou ao seu enquadramento na nova situação da carreira.

À luz dessa constatação, é correto afirmar que João

- (A) alcançou o vigésimo nível da classe anterior.
- (B) passou a ocupar o nível inicial da classe atual.
- (C) preencheu os requisitos da promoção por merecimento.
- (D) foi promovido em razão da existência de vaga na nova classe.
- (E) obteve o padrão temporal mínimo de 2 (dois) anos na classe anterior.

17

Determinada estrutura orgânica do Ministério Público do Estado do Espírito Santo entendeu que seria necessária a revisão de uma meta do Plano Estratégico (PE) da Instituição.

Ao analisar os balizamentos estabelecidos pela Portaria nº 8.565/2017, a referida estrutura concluiu, corretamente, que

- (A) a revisão somente é admitida em relação aos indicadores, não em relação às metas.
- (B) a Assessoria de Gestão Estratégica deve exarar manifestação técnica sobre a proposta.
- (C) o PE é caracterizado pela estabilidade e permanência, sendo incompatível com o instituto da revisão.
- (D) a revisão somente é admitida em relação aos indicadores e às ações estratégicas, não em relação às metas.
- (E) o início do processo de revisão deve ser autorizado na reunião de gestão estratégica, cabendo a deliberação final e irrecorrível à plenária.

18

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo, pelo órgão de execução com atribuição, pretende realizar operações de classificação e avaliação de dados pessoais de alguns investigados em procedimentos de investigação criminal que tramitam no âmbito da Instituição.

Ao decidir pela realização dessas atividades, o órgão de execução concluiu, corretamente, que

- (A) a atividade desenvolvida configura tratamento da informação, logo, por tal razão, é exigida a observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- (B) o tratamento da informação, nas circunstâncias indicadas, pressupõe prévia autorização judicial, como é exigido pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- (C) a atividade desenvolvida somente atrairia a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais se houvesse tratamento de dados pessoais, o que não é o caso.
- (D) a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais é aplicada indistintamente a qualquer atividade que tenha por objeto dados pessoais, independente da sua natureza.
- (E) o tratamento de dados pessoais é realizado no âmbito de uma atividade de investigação de infração penal, o que afasta a incidência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

19

Ana, servidora ocupante de cargo em comissão no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), foi informada sobre uma reunião que seria realizada pelo conselho responsável pela gestão do Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados, que teria uma pauta de grande relevância para a atuação finalística da Instituição.

Ao delinear as medidas de apoio que tinha o *munus* de adotar na referida reunião, Ana partiu da premissa correta de que o Fundo

- (A) conta com a atuação de representante do MPES em seu conselho, apesar de integrar a estrutura do Poder Executivo.
- (B) integra a estrutura do MPES, sendo que o seu conselho conta com a participação de membros da Instituição, do Poder Executivo e de associações.
- (C) é estrutura autônoma e independente, cuja atuação é fiscalizada pelo MPES, que participa das reuniões do seu conselho sem ter direito a voto.
- (D) é parte integrante do Fundo Especial do MPES, sendo que os seus recursos estão finalisticamente comprometidos com a defesa de interesses difusos e coletivos.
- (E) conta com representantes dos três poderes e instituições constitucionalmente autônomas, bem como com representantes da sociedade civil organizada, sendo presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

20

No primeiro mês do exercício financeiro X, Inês, que atua em um setor de controle interno do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), recebeu a informação de que a Instituição recebera recursos previstos na lei orçamentária anual (LOA) aprovada pela Assembleia Legislativa.

Sobre a situação descrita, à luz da Lei Complementar Estadual nº 95/1997, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os recursos foram postos à disposição em duodécimo.
- (B) A LOA foi aprovada a partir de projeto de lei apresentado pelo MPES.
- (C) Os recursos foram depositados no Fundo de Despesas Correntes do MPES.
- (D) Os recursos recebidos estão vinculados a despesas e a cotas definidas na programação financeira.
- (E) Os recursos foram solicitados à Secretaria de Estado de Fazenda mediante comprovação das despesas a serem realizadas.

Conhecimentos Específicos

21

Uma sociedade empresária de médio porte passou por um processo de reestruturação interna. A diretoria decidiu revisar a forma como as atividades são coordenadas, reconhecendo que planejar metas sem organizar as equipes, dirigir as pessoas e controlar os resultados não produz os efeitos esperados.

A respeito das funções administrativas, considerando o processo administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Constituem etapas estanques do trabalho gerencial, cada uma com início e fim delimitados.
- (B) São independentes entre si e devem ser executadas em sequência estática sem influência mútua.
- (C) Devem ser aplicadas separadamente, pois a integração entre elas compromete a eficiência administrativa.
- (D) Formam um conjunto interdependente e interativo, cujos elementos exercem influências recíprocas entre si.
- (E) Têm como característica central a imobilidade, pois representam estados fixos da gestão organizacional.

22

Uma organização possui três níveis hierárquicos distintos: o institucional, responsável pelas decisões mais amplas; o intermediário, voltado à alocação de recursos e coordenação de áreas; e o operacional, focado na execução das atividades cotidianas.

Considerando a distribuição das funções administrativas nesses níveis, é correto afirmar que a função de controle, quando exercida no nível operacional, corresponde a

- (A) políticas e diretrizes de direção e condução do pessoal.
- (B) controles globais e avaliação do desempenho empresarial.
- (C) controles individuais e avaliação do desempenho individual.
- (D) gerência e aplicação de recursos visando à ação empresarial e liderança.
- (E) controles departamentais e avaliação do desempenho departamental.

23

O gerente de uma rede de farmácias percebeu que as vendas de determinados produtos caíram nos últimos meses e decidiu agir de forma estruturada.

Ele levantou os dados atuais de estoque e faturamento, projetou cenários para os próximos trimestres, definiu metas de recuperação e elaborou um conjunto de ações para atingi-las.

A conduta do gerente ilustra corretamente o processo de planejamento. que consiste em

- (A) organizar equipes, alocar recursos e supervisionar a execução das tarefas definidas pela diretoria.
- (B) avaliar o desempenho atual da equipe e aplicar medidas corretivas para sanar os desvios identificados.
- (C) dirigir pessoas por meio de políticas e diretrizes, assegurando a condução adequada do pessoal operacional.
- (D) partir da situação atual, definir objetivos pretendidos e identificar os meios e planos de ação para alcançá-los.
- (E) implementar os controles individuais e departamentais necessários ao monitoramento dos resultados obtidos.

24

A etapa descrita a seguir corresponde à análise organizacional.

Uma consultoria foi contratada para apoiar o planejamento estratégico de uma indústria alimentícia. Na terceira etapa do processo, os consultores voltaram sua atenção para o interior da organização, examinando seus recursos financeiros, humanos e produtivos, suas competências instaladas, a estrutura organizacional vigente e a cultura predominante, com o objetivo de identificar pontos fortes e pontos fracos.

No contexto do planejamento estratégico, assinale a opção que indica o propósito da análise organizacional.

- (A) Mapear as oportunidades e ameaças do macroambiente para subsidiar a formulação da visão de futuro da empresa.
- (B) Elaborar os planos operacionais de cada departamento a partir das diretrizes fixadas no nível institucional da organização.
- (C) Definir os objetivos de longo prazo da organização e estabelecer a hierarquia de prioridades entre as unidades de negócio.
- (D) Examinar as condições externas do setor de atuação, identificando tendências de mercado e movimentos dos concorrentes.
- (E) Diagnosticar as condições internas da empresa, verificando forças, fraquezas, competências e vulnerabilidades organizacionais.

25

A área de *marketing* de uma sociedade empresária do setor varejista elaborou um plano para ampliar sua participação em uma região específica do país. Durante a execução, mudanças no comportamento do consumidor exigiram revisões no plano original, que foi ajustado duas vezes ao longo do semestre.

A situação descrita evidencia que o planejamento tático é

- (A) *sistêmico*, pois considera a empresa como uma totalidade, abrangendo suas relações internas e externas.
- (B) *iterativo*, pois pressupõe avanços e recuos, admitindo ajustamentos e correções diante de eventos novos.
- (C) *racional*, pois orienta o processo decisório, conferindo maior racionalidade à tomada de decisões sobre o futuro.
- (D) *cíclico*, pois as informações geradas em cada período servem de base para novos ciclos de planejamento subsequentes.
- (E) *seletivo*, pois escolhe um determinado curso de ação entre as alternativas disponíveis em função de consequências futuras.

26

O setor de operações de uma sociedade empresária de logística passou por uma revisão de seus instrumentos de gestão.

Nessa revisão, foram atualizados os documentos que descrevem o passo a passo para o recebimento de mercadorias, os demonstrativos de previsão de receitas e despesas para o trimestre seguinte, os cronogramas de entrega por rota e as normas de conduta dos colaboradores em campo.

Com base nos tipos de planos operacionais, assinale a operação que indica corretamente a correspondência entre os documentos atualizados e sua classificação.

- (A) Passo a passo para recebimento = orçamento. / previsão de receitas e despesas = procedimento. / cronogramas = regulamento. / normas de conduta = programa.
- (B) Passo a passo para recebimento = procedimento. / previsão de receitas e despesas = orçamento. / cronogramas = programa. / normas de conduta = regulamento.
- (C) Passo a passo para recebimento = programa. / previsão de receitas e despesas = regulamento. / cronogramas = procedimento. / normas de conduta = orçamento.
- (D) Passo a passo para recebimento = regulamento. / previsão de receitas e despesas = programa. / cronogramas = orçamento. / normas de conduta = procedimento.
- (E) Passo a passo para recebimento = procedimento. / previsão de receitas e despesas = regulamento. / cronogramas = orçamento. / normas de conduta = programa.

27

Uma sociedade empresária de tecnologia implementou o *Balanced Scorecard (BSC)* como ferramenta de gestão estratégica.

Ao estruturar o modelo, seus gestores identificaram que investimentos em gestão de pessoas, liderança e cultura organizacional impactam diretamente a excelência operacional, que por sua vez influencia a proposição de valor ao cliente e, em última instância, os resultados financeiros da organização.

A lógica descrita evidencia que o *BSC* é estruturado em perspectivas hierarquicamente encadeadas.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a *perspectiva* que serve de base para todas as demais.

- (A) *Financeira*, pois o maior valor para *shareholders* e *stakeholders* é o objetivo final que orienta todas as decisões estratégicas.
- (B) *dos Processos Internos*, pois a excelência operacional, a inovação e a produtividade sustentam a entrega de valor ao cliente.
- (C) *dos Clientes*, pois a proposição de valor ao cliente em termos de preço, qualidade e serviço determina os processos internos necessários.
- (D) *Operacional*, pois o aumento da eficiência e a gestão das operações são os fatores que mais diretamente determinam a lucratividade organizacional.
- (E) *do Aprendizado e Desenvolvimento*, pois o capital humano, pessoas, cultura, liderança e trabalho em equipe, é o alicerce que sustenta as demais perspectivas.

28

O diretor financeiro de uma rede de varejo precisa decidir se expande as operações para uma nova cidade. Para isso, considera as metas de crescimento da empresa, seus critérios de retorno mínimo sobre investimento, as opções de expansão disponíveis (abertura de loja própria, franquia ou parceria), as condições macroeconômicas do momento e os resultados esperados de cada opção diante desse cenário.

Considerando os elementos do processo decisório, o fator representado pelas condições macroeconômicas sobre as quais o diretor não tem controle corresponde aos(as)

- (A) *curso de ação*, pois representam as diferentes sequências de ação disponíveis ao tomador de decisão.
- (B) *objetivos*, pois expressam as metas que o tomador de decisão pretende alcançar por meio de suas ações.
- (C) *sistemas de valores*, pois refletem os critérios de preferência utilizados pelo tomador de decisão para fazer sua escolha.
- (D) *estados da natureza*, pois são aspectos do ambiente que afetam a escolha e estão fora do controle do tomador de decisão.
- (E) *consequências*, pois representam os efeitos resultantes de um determinado curso de ação combinado a um estado da natureza.

29

Uma autarquia federal organizou seus departamentos por grandes funções: financeiro, jurídico, administrativo e de tecnologia da informação.

Com o tempo, os gestores de cada área passaram a priorizar exclusivamente as metas de seus departamentos, dificultando a coordenação entre as áreas.

A alta direção viu-se sobrecarregada com a tarefa de integrar as ações departamentais, enquanto os servidores desenvolveram perfil altamente especializado, sem visão do funcionamento global da organização.

A situação descrita é característica das limitações da departamentalização funcional, sendo correto afirmar que os problemas identificados correspondem, respectivamente, ao(a)

- (A) enfoque introvertido, terra de especialistas e pressão sobre a cúpula.
- (B) subobjetivação, enfoque introvertido e bitolamento das pessoas.
- (C) bitolamento das pessoas, pressão sobre a cúpula e terra de especialistas.
- (D) pressão sobre a cúpula, subobjetivação e terra de especialistas.
- (E) subobjetivação, pressão sobre a cúpula e terra de especialistas.

30

A ouvidoria de uma prefeitura identificou três situações distintas no fluxo de informações da Secretaria de Saúde:

- I. O Secretário encaminhou circular a todos os servidores informando mudanças nos procedimentos de atendimento.
- II. Os servidores de duas Unidades de Saúde diferentes trocaram informações sobre protocolos clínicos para padronizar o atendimento.
- III. Uma equipe de enfermagem encaminhou ao gestor intermediário um relatório com sugestões de melhoria nos processos internos.

Assinale a opção que indica os fluxos de comunicação organizacional que correspondem, respectivamente, às situações I, II e III.

- (A) Ascendente, lateral e descendente.
- (B) Descendente, ascendente e lateral.
- (C) Lateral, descendente e ascendente.
- (D) Descendente, lateral e ascendente.
- (E) Ascendente, descendente e lateral.

31

A liderança de uma sociedade empresária do setor de telecomunicações, que vinha apresentando queda de desempenho, após anos de estabilidade, decidiu reformular a estratégia organizacional.

O novo CEO argumentou que a sociedade empresária precisava aprender coletivamente com seus erros e acertos, incorporando mudanças incrementais que fortalecessem suas competências essenciais ao longo do tempo, em vez de adotar um plano estratégico rígido e documentado.

A abordagem estratégica defendida pelo CEO corresponde à escola do(a)

- (A) planejamento, pois propõe o desdobramento formalizado da estratégia em planos táticos e operacionais.
- (B) *design*, pois busca compatibilizar as forças e fraquezas internas com as ameaças e oportunidades do ambiente externo.
- (C) poder, pois envolve negociação e barganha entre os principais atores internos para buscar equilíbrio e definir a direção estratégica.
- (D) configuração, pois pressupõe ciclos de estabilidade seguidos de crise e transformação para atingir novos patamares de desempenho.
- (E) aprendizado, pois concebe a estratégia como emergente de um processo coletivo de aprendizagem e construção incremental de competências.

32

Uma consultoria realizou o diagnóstico estratégico de uma sociedade empresária de logística.

Os resultados revelaram tecnologia obsoleta, métodos e processos antigos, além de moral baixo entre os colaboradores. Ao mesmo tempo, o ambiente externo apresentava concorrência pesada, concorrência desleal e entrada de novos produtos no mercado.

Considerando a análise SWOT, a sociedade empresária encontra-se na combinação mais crítica da matriz, pois

- (A) possui pontos fortes relevantes, mas o ambiente externo hostil impõe ameaças que neutralizam suas vantagens competitivas.
- (B) apesar das fragilidades internas, o ambiente externo oferece oportunidades que podem ser exploradas com reorientação estratégica.
- (C) acumula pontos fracos internos simultaneamente a ameaças externas, configurando a situação estrategicamente mais desfavorável.
- (D) apresenta pontos fortes internos sólidos diante de um ambiente externo repleto de oportunidades ainda não exploradas.
- (E) combina pontos fortes com oportunidades externas, configurando a posição mais favorável para estratégias ofensivas de crescimento.

33

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo instituiu, por meio da Portaria nº 362/2024, seu Planejamento Estratégico para o período 2024-2032.

O documento estabelece os elementos fundamentais da identidade institucional que orientam as decisões estratégicas e moldam o comportamento de seus integrantes e a interação com a sociedade capixaba.

Com base no Planejamento Estratégico do MPES 2024-2032, assinale a opção que indica a correspondência correta entre os elementos da identidade institucional e seu conteúdo.

- (A) Missão: ser uma instituição resolutiva na defesa dos direitos da sociedade. Visão: defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis. Valores: transparência, ética, justiça, respeito e eficiência.
- (B) Missão: defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis para a concretização do pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável. Visão: ser uma instituição resolutiva na defesa dos direitos da sociedade. Valores: transparência, ética, justiça, respeito e eficiência.
- (C) Missão: defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis para a concretização do pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável. Visão: transparência, ética, justiça, respeito e eficiência. Valores: ser uma instituição resolutiva na defesa dos direitos da sociedade.
- (D) Missão: transparência, ética, justiça, respeito e eficiência. Visão: ser uma instituição resolutiva na defesa dos direitos da sociedade. Valores: defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis.
- (E) Missão: defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis. Visão: transparência, ética, justiça, respeito e eficiência. Valores: ser uma instituição resolutiva na defesa dos direitos da sociedade.

34

O Planejamento Estratégico do MPES 2024-2032 estabelece, para cada objetivo estratégico da perspectiva *Resultados para a Sociedade*, um conjunto de diretrizes que orientam a atuação das Promotorias de Justiça. Essas diretrizes foram definidas a partir do diagnóstico institucional e das demandas levantadas junto à sociedade capixaba.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, uma das diretrizes estratégicas previstas para o objetivo Direito à Educação.

- (A) O fortalecimento das instâncias de controle social e das redes de proteção voltadas à garantia dos direitos fundamentais na área educacional.
- (B) O monitoramento das ações de enfrentamento dos impactos da pandemia de Covid-19 na educação, inclusive a evasão e o abandono escolar.
- (C) O fomento à implementação de políticas públicas educacionais para grupos em situação de vulnerabilidade social, com ênfase na redução das desigualdades.
- (D) O aprimoramento da atuação ministerial na área educacional, por meio de maior unidade institucional, visando à ampliação da resolução extrajudicial de conflitos.
- (E) A fiscalização e o monitoramento da rede de serviços educacionais, com vistas à adequação da oferta às demandas da população capixaba.

35

O Planejamento Estratégico do MPES 2024-2032 estabelece, para o objetivo estratégico *Direitos Humanos*, diretrizes que orientam a atuação ministerial junto a grupos específicos em situação de vulnerabilidade social. Algumas dessas diretrizes voltam-se para a promoção de políticas públicas de inclusão e para o enfrentamento de discriminações estruturais.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, uma das diretrizes estratégicas previstas para o objetivo Direitos Humanos.

- (A) O monitoramento da ampliação da oferta de serviços públicos para grupos vulneráveis, com vistas à universalização do acesso e à redução das desigualdades sociais.
- (B) O fortalecimento da atuação ministerial na garantia do acesso e na adequação das redes de atendimento voltadas às pessoas em situação de vulnerabilidade.
- (C) O fomento à implementação de políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+, com fortalecimento da política institucional de diversidade sexual e de identidade de gênero.
- (D) O aprimoramento das ferramentas tecnológicas de investigação e inteligência voltadas ao enfrentamento de crimes praticados contra grupos vulneráveis.
- (E) O monitoramento das ações de enfrentamento dos impactos socioeconômicos sobre grupos vulneráveis, inclusive situações de evasão e abandono dos serviços de proteção social.

36

Uma autarquia federal iniciou um processo de revisão estratégica, porque a alta direção identificou que a instituição tem capacidade singular de articular parcerias interinstitucionais de forma mais eficaz do que os órgãos congêneres, o que geraria resultados superiores para a sociedade.

A partir dessa constatação, a direção determinou que esse diferencial deveria orientar todo o processo de desenvolvimento de pessoas da instituição.

A lógica de partir do diferencial competitivo da organização para, progressivamente, chegar às competências individuais é coerente com a tipologia de competências, que estabelece a seguinte ordem:

- (A) competências pessoais → competências organizacionais → competências de gestão → competências essenciais.
- (B) competências de gestão → competências essenciais → competências organizacionais → competências pessoais.
- (C) competências essenciais → competências de gestão → competências organizacionais → competências pessoais.
- (D) competências organizacionais → competências de gestão → competências essenciais → competências pessoais.
- (E) competências pessoais → competências de gestão → competências essenciais → competências organizacionais.

37

A coordenadora de uma equipe de analistas percebeu que um de seus subordinados vinha entregando relatórios tecnicamente sólidos, mas consistentemente fora do prazo, comprometendo o fluxo de trabalho dos demais membros.

Em reunião individual, ela disse: "*Notei que você tem perdido prazos importantes. Vamos entender o que está acontecendo para corrigirmos isso?*"

Assinale a opção que indica, corretamente, o tipo de *feedback* usado pela coordenadora e seu propósito central.

- (A) O *feedback corretivo*, com o propósito de ajustar comportamento inadequado que precisa ser corrigido.
- (B) O *feedback motivacional*, com o propósito de inspirar o subordinado a superar o desafio representado pela gestão do tempo.
- (C) O *feedback de desenvolvimento*, com o propósito de promover a evolução profissional do subordinado a longo prazo.
- (D) O *feedback construtivo*, com o propósito de apontar pontos de melhoria de forma respeitosa e objetiva, com foco no crescimento.
- (E) O *feedback avaliativo*, com o propósito de mensurar o desempenho global do subordinado com base em critérios objetivos previamente estabelecidos.

38

Um gestor público, responsável pela seleção de servidores para uma equipe de atendimento ao cidadão, precisa avaliar os traços de personalidade dos candidatos.

Ele observa que um dos candidatos demonstrou facilidade em estabelecer novos relacionamentos, é assertivo, comunica-se com desenvoltura e parece confortável em situações sociais. Outro candidato concentrou-se em poucos objetivos e, simultaneamente, é metódico, autodisciplinado e trata suas responsabilidades com grande cuidado.

Com base no modelo dos **cinco grandes traços da personalidade**, os perfis descritos correspondem, respectivamente, à(ao)

- (A) amabilidade elevada e à conscienciosidade elevada, pois o primeiro demonstra boa índole nas relações interpessoais e o segundo focaliza responsabilidades com cuidado.
- (B) extroversão elevada e à conscienciosidade elevada, pois o primeiro sente-se confortável com relacionamentos sociais e o segundo concentra-se em poucos objetivos com disciplina e meticulosidade.
- (C) extroversão elevada e à amabilidade elevada, pois o primeiro é assertivo e aberto a relacionamentos e o segundo é cooperativo e gentil nas relações com os outros.
- (D) abertura à experiência elevada e à conscienciosidade elevada, pois o primeiro é curioso e criativo em contextos sociais e o segundo é organizado e responsável na execução das tarefas.
- (E) baixo grau de neurose e à conscienciosidade elevada, pois o primeiro é estável e seguro nas relações interpessoais e o segundo é sistemático e autodisciplinado no trabalho.

39

Um servidor público federal havia desenvolvido, ao longo de anos, uma atitude negativa em relação ao sistema de avaliação de desempenho de seu órgão, por considerá-lo burocrático e dissociado da realidade do trabalho.

Com a chegada de uma nova gestão, o sistema foi reformulado com critérios mais transparentes e participativos. Após vivenciar o novo processo, o servidor passou a reconhecer sua utilidade e desenvolveu uma atitude mais positiva em relação a ele.

Sobre a situação descrita, assinale a opção que indica o mecanismo de mudança de atitude que ela descreve.

- (A) Redução da dissonância cognitiva, pois o servidor ajustou internamente suas crenças para compatibilizá-las com o novo comportamento adotado perante a organização.
- (B) Perda de relevância do objeto da atitude, pois o sistema de avaliação deixou de impactar diretamente a rotina do servidor após a mudança de gestão.
- (C) Resistência de atitudes profundamente enraizadas, pois a longa trajetória de experiências negativas com o sistema dificultou a aceitação das mudanças implementadas.
- (D) Mudança no objeto da atitude, pois o sistema de avaliação foi reformulado e o servidor passou a avaliar um objeto efetivamente diferente do anterior.
- (E) Influência de novas informações sobre o objeto preexistente, pois o servidor reviu sua atitude com base em dados externos sem que o objeto em si tivesse se alterado.

40

A diretoria de uma empresa pública de abastecimento reuniu os gerentes de compras, de produção, de vendas e financeiro, para discutir a política de estoques da instituição.

Durante a reunião, o gerente de compras argumentou que os altos estoques de matéria-prima permitem negociar descontos por volume; o de produção alegou que os estoques elevados eliminam o risco de paralisação da linha e viabilizam grandes lotes de fabricação; e o de vendas sustentou que produtos acabados em quantidade garantem entregas rápidas e melhor imagem junto aos clientes.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, as objeções feitas pelo gerente financeiro aos argumentos dos gerentes de compras, de produção e de vendas, respectivamente.

- (A) Aumento do custo de armazenagem; capital investido e juros perdidos; e maior risco de perdas e obsolescência.
- (B) Capital investido e juros perdidos; maior risco de perdas, obsolescência e aumento do custo de armazenagem; e capital investido e maior custo de armazenagem.
- (C) Maior risco de perdas e obsolescência; capital investido e juros perdidos; e aumento do custo de armazenagem.
- (D) Capital investido e maior custo de armazenagem; maior risco de perdas e obsolescência; e capital investido e juros perdidos.
- (E) Juros perdidos e maior risco de obsolescência; aumento do custo de armazenagem; e capital investido e entregas comprometidas.

41

O setor de compras de um órgão público estadual necessita contratar um renomado professor universitário, reconhecido nacionalmente por sua produção acadêmica e atuação exclusiva na área de Direito Administrativo Sancionador, para proferir a palestra de abertura em um seminário institucional sobre improbidade administrativa.

A equipe jurídica concluiu que a competição entre os fornecedores é inviável, dado que o diferencial buscado reside na reputação singular e na notória especialização do profissional.

Nessa situação, a contratação deve ser realizada por meio de

- (A) *pregão eletrônico*, pois palestras e eventos institucionais são serviços comuns cujos padrões de desempenho podem ser objetivamente definidos em edital.
- (B) *concorrência*, pois serviços de natureza intelectual de alto valor técnico exigem a modalidade licitatória de maior amplitude para garantir a competitividade.
- (C) *dispensa de licitação*, pois serviços de natureza técnica especializada prestados por profissionais de notória reputação estão entre as hipóteses de contratação direta por conveniência administrativa.
- (D) *inexigibilidade de licitação*, pois a inviabilidade de competição decorre da notória especialização do profissional e da natureza singular da prestação pretendida.
- (E) *credenciamento*, pois trata-se de serviço de natureza intelectual para o qual qualquer profissional habilitado poderia ser convocado conforme a demanda do órgão.

42

Uma autarquia federal realizou o mapeamento de sua cadeia de valor e identificou três grupos de processos:

- I. o processo de análise e concessão de benefícios previdenciários, diretamente voltado ao cidadão e sem o qual a missão institucional não se cumpre;
- II. o processo de gestão de pessoas, que assegura o recrutamento, a capacitação e a disponibilidade do quadro funcional;
- III. o processo de planejamento institucional de longo prazo, que orienta as decisões de investimento e define as prioridades estratégicas da autarquia para os próximos anos.

Os processos I, II e III correspondem, respectivamente, às seguintes categorias:

- (A) estratégico, core e suporte, pois o primeiro orienta a organização para o futuro, o segundo garante a equipe disponível, e o terceiro entrega o serviço final ao cidadão.
- (B) estratégico, suporte e core, pois o primeiro define a direção institucional, o segundo assegura a disponibilidade da equipe, e o terceiro é voltado diretamente ao produto ou serviço final.
- (C) suporte, core e estratégico, pois o primeiro contribui indiretamente para a entrega, o segundo é essencial à missão, e o terceiro orienta decisões de investimento e futuro.
- (D) core, suporte e estratégico, pois o primeiro é essencial à entrega do serviço final ao cidadão, o segundo garante o funcionamento dos processos centrais, e o terceiro orienta a organização para o futuro.
- (E) core, estratégico e suporte, pois o primeiro é essencial à entrega do serviço, o segundo define prioridades de longo prazo, e o terceiro contribui indiretamente para o funcionamento institucional.

43

Uma equipe de melhoria de processos de um Tribunal foi designada para mapear o fluxo atual de tramitação dos processos administrativos disciplinares.

Ao iniciar o trabalho, os analistas identificaram que, na prática, diversas etapas ocorrem de forma diferente do previsto nos manuais internos, com desvios, exceções e adaptações realizadas pelos servidores no dia a dia. Um dos analistas sugeriu registrar apenas o fluxo ideal, argumentando que documentar os desvios poderia expor irregularidades. Os demais discordaram, apontando que a abordagem correta seria outra.

Sobre o caso acima, assinale a opção que apresenta, a abordagem correta indicada pelos demais analistas e o princípio-guia do mapeamento que a fundamenta.

- (A) Registrar o processo como ele realmente acontece, mesmo que esteja fora do padrão, com base no princípio da fidelidade, que orienta a captura da realidade do fluxo de ponta a ponta.
- (B) Usar raias para identificar quem executa cada etapa do processo, com base no princípio dos *swim-lanes*, que evidencia as responsabilidades de cada área ou papel envolvido.
- (C) Registrar o processo com o nível de detalhe necessário à análise, parando em atividade ou descendo até tarefa conforme exigido, com base no princípio do detalhamento adequado.
- (D) Incluir métricas diretamente nas atividades do fluxo, como prazos, volumes e percentuais de retrabalho, com base no princípio das métricas no desenho, para subsidiar a análise crítica posterior.
- (E) Validar o mapeamento junto às pessoas que vivem o processo diariamente antes de estruturá-lo visualmente, com base no princípio da participação, que assegura a aderência do AS IS à realidade organizacional.

44

Uma equipe de gestão de processos de um órgão público mapeou o macroprocesso de Planejamento e levantou as estatísticas de tipos de atividades.

Os dados revelaram que 75,89% das atividades são executadas manualmente, 24,11% são suportadas por sistemas e apenas 0,76% são atendidas pelo *Enterprise Resource Planning* (ERP).

A equipe concluiu que esse perfil compromete a visibilidade gerencial e a tomada de decisão baseada em evidências.

Com base nos conceitos de análise e melhoria de processos, a conclusão da equipe fundamentou-se na seguinte premissa:

- (A) os processos com alto volume de atividades manuais tendem a apresentar baixa maturidade em termos de mensuração e controle, pois a ausência de sistemas reduz a geração natural de dados e dificulta a construção de indicadores confiáveis.
- (B) os processos com predominância de atividades manuais são inerentemente mais eficientes, pois permitem maior flexibilidade de adaptação às demandas específicas de cada situação sem depender de parametrizações sistêmicas.
- (C) a baixa utilização do ERP indica que o macroprocesso de Planejamento está adequadamente estruturado, pois sistemas integrados são recomendados apenas para processos operacionais de alta repetitividade.
- (D) a elevada proporção de atividades manuais evidencia maturidade organizacional, pois demonstra que os servidores detêm conhecimento tácito suficiente para dispensar o suporte tecnológico na execução das tarefas.
- (E) os processos com baixo índice de automação demandam necessariamente redesenho imediato, pois a ausência de suporte sistêmico configura irregularidade administrativa incompatível com os princípios da eficiência pública.

45

O ordenador de despesas de um Ministério Federal verificou que, nos primeiros meses do exercício financeiro, a arrecadação de receitas estava significativamente abaixo do projetado na lei orçamentária anual. Diante disso, o Poder Executivo federal adotou medidas para adequar o ritmo dos gastos ao fluxo efetivo de recursos financeiros disponíveis, retardando a execução de parte das despesas autorizadas.

A medida descrita e o instrumento normativo pelo qual ela é formalmente estabelecida no âmbito federal são, respectivamente,

- (A) *contingenciamento*, estabelecido por decreto do Presidente da República com base na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso, em conformidade com as metas fiscais da LDO.
- (B) *cancelamento de dotações orçamentárias*, formalizado por meio de um projeto de lei de crédito adicional encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional para adequação da LOA.
- (C) *remanejamento orçamentário*, realizado por portaria ministerial que redistribui os créditos entre unidades orçamentárias sem alterar o total das despesas autorizadas na Lei Orçamentária Anual.
- (D) *limitação de créditos adicionais*, estabelecida por resolução do Congresso Nacional após verificação de frustração de receitas superior ao percentual previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) *bloqueio cautelar de despesas*, determinado pelo Tribunal de Contas da União quando identificada execução orçamentária em desacordo com os parâmetros de resultado primário fixados na LDO.

46

A tesouraria de um Município identificou, ao final do exercício financeiro, as seguintes obrigações pendentes:

- despesas empenhadas e não pagas, relativas aos contratos de fornecimento de materiais de escritório;
- valores retidos de terceiros aguardando restituição;
- obrigações de curto prazo assumidas para cobrir insuficiência momentânea de caixa; e
- parcelas de juros e amortizações de empréstimos de longo prazo ainda não liquidadas.

Considerando a classificação da dívida pública, prevista na Lei nº 4.320/1964, integram a dívida pública flutuante do Município:

- (A) os restos a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria, mas não as parcelas de amortização de longo prazo, que integram a dívida fundada.
- (B) os restos a pagar, os depósitos, os débitos de tesouraria e as parcelas de amortização de longo prazo, pois todas representam obrigações exigíveis no curto prazo.
- (C) apenas os débitos de tesouraria e os depósitos, pois os restos a pagar estão sujeitos a autorização legislativa específica para sua inclusão na dívida flutuante.
- (D) os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria, desde que todas as obrigações tenham sido contraídas internamente e por curto prazo.
- (E) apenas os depósitos e os débitos de tesouraria, pois os restos a pagar integram a dívida fundada por dependerem de autorização orçamentária prévia para sua constituição.

47

Durante a apreciação do projeto de Lei Orçamentária Anual no Congresso Nacional, três parlamentares adotaram as condutas a seguir.

- I. Um Deputado Federal apresentou, individualmente, proposta de alocação de recursos a um município de seu estado por meio de transferência especial.
- II. A bancada de um determinado estado apresentou proposta coletiva relativa a matéria de interesse daquele estado.
- III. O relator do projeto apresentou proposta voltada exclusivamente a recompor a dotação que havia sido cancelada durante a tramitação, limitada ao montante originalmente proposto.

As condutas I, II e III correspondem, respectivamente, às seguintes modalidades de emenda parlamentar:

- (A) emenda individual impositiva, emenda coletiva de bancada estadual e emenda de relator.
- (B) emenda individual impositiva, emenda de comissão permanente e emenda de relator.
- (C) emenda individual, emenda coletiva de bancada estadual e emenda de relator.
- (D) emenda individual impositiva, emenda coletiva de bancada estadual e emenda individual de outro parlamentar apresentada em nome do relator.
- (E) emenda de relator, emenda coletiva de bancada estadual e emenda individual impositiva.

48

Um analista de políticas públicas observou que, nas últimas décadas, a formulação e implementação de políticas em determinada área deixaram de ser conduzidas exclusivamente por órgãos governamentais e passaram a envolver sociedades empresárias privadas, organizações sem fins lucrativos, grupos comunitários, associações profissionais e cidadãos.

Ele concluiu que os mecanismos tradicionais de controle *top-down* já não são suficientes para dar conta da complexidade dos problemas públicos contemporâneos.

A transição descrita pelo analista reflete a passagem do modelo de governo para o de governança, que se caracteriza pela(o)

- (A) dispersão de poder em redes políticas compostas por uma pluralidade de atores públicos, privados e da sociedade civil, cada qual trazendo seus próprios interesses, recursos e *expertise* para o processo de política pública.
- (B) fortalecimento da hierarquia governamental como mecanismo central de coordenação, com ampliação da capacidade estatal de controle *top-down* sobre os demais atores envolvidos na provisão de serviços públicos.
- (C) substituição do Estado pelo mercado como principal condutor da política pública, com base na premissa de que a lógica competitiva entre fornecedores privados produz resultados mais eficientes do que a ação governamental direta.
- (D) concentração das decisões de política pública em uma unidade governamental singular, que passa a atuar em acordo estreito com organizações internacionais, dispensando a participação de atores locais no processo decisório.
- (E) transferência da responsabilidade pela formulação de políticas públicas exclusivamente para organizações sem fins lucrativos, que assumem o papel de intermediárias entre o Estado e os cidadãos nas arenas de maior complexidade social.

49

Em auditoria realizada por um órgão de controle externo, constatou-se que determinada autarquia federal cumpria integralmente todas as obrigações legais de publicidade previstas na legislação de acesso à informação: publicava tempestivamente seus dados orçamentários, contratos e remunerações, mas, sistematicamente, negava acesso a processos decisórios internos; celebrava ajustes com entidades privadas sem motivação substancial e resistia a mecanismos de participação social na formulação de suas políticas.

O órgão de controle concluiu que, a despeito do cumprimento formal das normas de divulgação, a autarquia não atendia plenamente ao princípio da transparência.

A conclusão do órgão de controle é consistente com a concepção de transparência na Administração Pública que

- (A) identifica transparência com publicidade formal dos atos administrativos, de modo que o cumprimento integral das obrigações legais de divulgação seria condição necessária e suficiente para sua caracterização.
- (B) restringe o conceito de transparência ao plano normativo-procedimental, reconhecendo que valores de governança e participação social são desejáveis, mas juridicamente exigíveis apenas quando expressamente previstos em lei.
- (C) concebe a transparência como processo contínuo e permanente que transcende o cumprimento formal das leis de acesso à informação, incorporando valores de governança não corrupta como condição para a efetiva abertura da ação administrativa à sociedade.
- (D) compreende a transparência como dimensão exclusivamente reativa da Administração Pública, exigível apenas quando provocada por demandas externas de acesso à informação formuladas por cidadãos ou órgãos de controle.
- (E) vincula a transparência ao princípio da eficiência administrativa, de modo que sua verificação pressupõe análise dos resultados alcançados pela gestão pública, e não apenas dos procedimentos de divulgação adotados.

50

Uma servidora estuda a expansão dos mecanismos de participação social na gestão pública e observa que, a partir da década de 1990, instrumentos como conselhos sociais e orçamento participativo passaram a ser amplamente difundidos em diferentes países, inclusive sendo incorporados ao receituário de organismos multilaterais. Ela busca compreender o problema estrutural do Estado que motivou essa expansão e qual foi o papel dos processos participativos em resposta a esse problema.

Com base nos processos participativos de gestão pública, a expansão desses mecanismos está associada à

- (A) crise de *accountability* vertical, decorrente da incapacidade dos cidadãos de responsabilizar os governantes pelo sufrágio universal, o que levou organismos multilaterais a proporem a substituição das eleições por conselhos sociais como mecanismo central de controle democrático.
- (B) necessidade de reduzir o custo operacional dos serviços públicos, transferindo para a sociedade civil a responsabilidade pela execução de políticas antes delegadas exclusivamente ao Estado, conforme recomendação do Banco Mundial após o Fórum Social Mundial.
- (C) crise de *accountability* horizontal, que evidenciou a incapacidade do Estado de se autocontrolar e de ser suficientemente responsivo às necessidades dos cidadãos para além do sufrágio universal, gerando pressões por maior participação social na gestão pública.
- (D) fragilidade dos mecanismos representativos tradicionais diante da globalização econômica, que teria esvaziado a soberania dos Estados nacionais e tornado indispensável a criação de instâncias supranacionais de participação cidadã para compensar esse déficit democrático.
- (E) influência do Consenso de Washington sobre as reformas do Estado nos países em desenvolvimento, que incluiu a participação social como condicionante para o acesso a financiamentos internacionais, independentemente da legitimidade democrática desses mecanismos nas sociedades receptoras.

51

A alta administração de uma autarquia federal promoveu um conjunto de mudanças institucionais com o objetivo de aprimorar sua governança. Entre as medidas adotadas, destacaram-se: a criação de instâncias de supervisão independentes do corpo executivo; a definição clara de papéis e responsabilidades entre dirigentes e gestores; a adoção de mecanismos de prestação de contas perante a sociedade e os órgãos de controle; e o estabelecimento de canais para que partes interessadas pudessem influenciar decisões estratégicas da organização.

Cada uma dessas medidas corresponde, respectivamente, a um dos mecanismos de governança pública.

De acordo com o Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU, assinale a opção que apresenta a sequência correta de mecanismos.

- (A) Liderança, estratégia, controle e transparência.
- (B) Transparência, integridade, *accountability* e controle.
- (C) Controle, transparência, *accountability* e participação e engajamento de partes interessadas.
- (D) Liderança, controle, *accountability* e participação e engajamento de partes interessadas.
- (E) *Accountability*, liderança, transparência e participação e engajamento de partes interessadas.

52

Um Município apresenta indicadores sociais persistentemente baixos: altas taxas de pobreza, desigualdade regional acentuada e serviços públicos precários, a despeito de dispor de receitas orçamentárias compatíveis com suas necessidades.

Investigações do Ministério Público revelaram um sistema estruturado de desvio de recursos públicos que comprometia sistematicamente a execução das políticas de saúde, educação e assistência social. Diante dos resultados, um gestor público argumentou que a corrupção seria um problema exclusivamente jurídico-criminal, sem relação direta com o desenvolvimento econômico e social do município.

Segundo a literatura sobre corrupção e políticas públicas, a posição do gestor é **inconsistente**, porque

- (A) a corrupção afeta a dimensão financeira da Administração Pública, sem impacto direto sobre os objetivos constitucionais de desenvolvimento nacional e redução das desigualdades, que dependem exclusivamente de fatores macroeconômicos externos ao controle do gestor local.
- (B) os fundamentos e os objetivos constitucionais da República integram o conceito atual de desenvolvimento econômico, e as práticas de corrupção comprometem substancialmente o sistema de Administração Pública responsável pelo alcance desses objetivos.
- (C) a corrupção é um fenômeno administrativo, cujo enfrentamento depende da eficiência burocrática dos órgãos de controle interno, sendo dispensável a criação de legislação específica de combate ou a realização de investimentos institucionais para sua prevenção e punição.
- (D) as administrações públicas burocratizadas são naturalmente imunes à corrupção, de modo que a solução para o problema identificado no Município seria o fortalecimento dos controles formais e procedimentais, independentemente de reformas orientadas à eficiência.
- (E) a sistematização da disciplina jurídica de combate à corrupção é suficiente por si mesma para erradicar as práticas corruptivas, prescindindo de adaptações no funcionamento do Estado e dispensando qualquer análise sobre as relações entre corrupção e desenvolvimento econômico.

53

O setor de controle interno de uma entidade da Administração Pública Indireta identificou indícios de que um servidor, valendo-se de sua posição, havia direcionado contratos para empresas de familiares, obtendo vantagens patrimoniais indevidas.

A Assessoria Jurídica foi consultada sobre o regime jurídico aplicável e sobre a abrangência das sanções possíveis.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a opção que apresenta, corretamente, a informação da Assessoria Jurídica.

- (A) Aplica-se a agentes públicos detentores de mandato eletivo e servidores estatutários da Administração Direta, não alcançando empregados de entidades da administração indireta nem pessoas físicas que mantenham contato com dinheiro público no exercício de atividade privada.
- (B) Afasta a responsabilidade penal do agente público nas hipóteses em que já tenha sido aplicada sanção administrativa por improbidade, em observância ao princípio do *non bis in idem*, cabendo ao Juízo Cível apenas as sanções de ressarcimento ao erário e perda da função pública.
- (C) Tem como foco as sanções aos agentes públicos nas hipóteses de enriquecimento ilícito, alcança todo agente que mantenha contato com dinheiro público, não afasta as demais esferas de responsabilidade penal, administrativa e política, e permite que Juiz com competência cível aplique as penalidades que comina.
- (D) Restringe a incidência nas hipóteses de enriquecimento ilícito decorrentes de licitações e contratos administrativos, devendo as demais condutas ímprobas ser processadas exclusivamente no âmbito da Lei de Licitações, que tipifica especificamente as condutas criminosas do gestor ou servidor nesse contexto.
- (E) Aplica-se apenas a agentes públicos da Administração Direta e Indireta, sendo incabível sua extensão a particulares que se beneficiem de atos de improbidade, cuja responsabilização deve ocorrer exclusivamente na esfera penal, independentemente da existência de vínculo com o erário.

54

Durante uma investigação conduzida pelo Ministério Público, apurou-se que um Secretário Municipal desviou recursos públicos, a fim de obter enriquecimento ilícito.

O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa, pleiteando a aplicação das sanções previstas em lei para essa modalidade de ato.

Com base na Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, as sanções aplicáveis ao ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito incluem suspensão dos direitos políticos e multa civil nos seguintes termos:

- (A) suspensão de até 14 anos e multa equivalente ao valor do acréscimo patrimonial.
- (B) suspensão de quatro a oito anos e multa de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- (C) suspensão de cinco a oito anos e multa de até duas vezes o valor do dano.
- (D) suspensão de três a cinco anos e multa de até cem vezes a remuneração do agente.
- (E) suspensão de oito a dez anos e multa de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.

55

Em audiência pública realizada em um Município, moradores questionaram a execução de obras financiadas com recursos federais, apresentando evidências de sobrepreço e irregularidades nos contratos.

O Prefeito respondeu que a fiscalização caberia exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo, e que a participação de cidadãos sem formação técnica no acompanhamento de políticas públicas poderia comprometer a eficiência administrativa. Um conselheiro do Conselho Municipal de Saúde discordou, expressamente, da posição do prefeito.

A posição do conselheiro é consistente com a literatura sobre controle social e cidadania, porque

- (A) a fiscalização de contratos públicos exige formação técnica especializada, razão pela qual os mecanismos de participação social devem ser restritos a fóruns consultivos compostos por representantes de entidades profissionais reconhecidas pelo Poder Público.
- (B) a participação ativa do cidadão na tomada de decisões e no acompanhamento de políticas públicas é elemento fundamental para a gestão democrática, pois a participação social concorre para a redução de abusos das autoridades.
- (C) o controle social é eficaz quando exercido por meio de canais formais institucionalizados, como conselhos e ouvidorias, sendo insuficiente a manifestação espontânea de cidadãos em audiências públicas sem vinculação a estruturas representativas.
- (D) o direito à informação pública é um fim em si mesmo, de modo que a mera publicação de dados contratuais nos portais de transparência esgota as obrigações do Poder Público em relação ao controle social, independentemente da capacidade dos cidadãos de interpretá-los.
- (E) a participação social na gestão pública deve ser incentivada exclusivamente em períodos eleitorais, quando os cidadãos exercem sua função democrática mais relevante por meio do voto, cabendo aos gestores eleitos a condução autônoma das políticas públicas no intervalo entre eleições.

56

A Secretaria de Gestão do Estado *Alfa* elaborou um diagnóstico sobre a prestação de serviços públicos digitais.

O relatório identificou que, embora o governo tivesse investido em plataformas tecnológicas, a simples digitalização dos serviços não havia produzido os ganhos esperados em eficiência e qualidade. Técnicos concluíram que faltava um componente essencial à estratégia adotada.

Com base na literatura sobre governo eletrônico, o componente identificado como ausente na estratégia do Estado corresponde ao fato de que o governo eletrônico

- (A) digitaliza os serviços previamente existentes, sendo dispensável qualquer alteração nas estruturas organizacionais, desde que a plataforma tecnológica adotada seja suficientemente robusta e acessível aos cidadãos.
- (B) depende de investimentos em infraestrutura de *hardware* e conectividade, sendo as mudanças organizacionais um fator secundário que pode ser implementado em etapas posteriores à implantação dos sistemas tecnológicos.
- (C) usa tecnologias da informação e comunicação combinado com mudanças organizacionais para aperfeiçoar as estruturas e operações do governo, melhorar a qualidade, disponibilidade e eficiência dos serviços e reduzir tempo e custo.
- (D) tem como objetivo central a redução do quadro de servidores públicos, usando a automação de processos para substituir o trabalho humano, de modo que os ganhos de eficiência dependem fundamentalmente da diminuição do aparato burocrático estatal.
- (E) restringe-se ao aperfeiçoamento da relação entre governo e cidadão na prestação de serviços, não abrangendo mudanças nas estruturas internas de operação do governo nem nas relações intergovernamentais entre entes federativos.

57

Um servidor público federal estável foi submetido à avaliação periódica de desempenho e obteve resultado insatisfatório, devidamente homologado após processo administrativo com contraditório e ampla defesa. Paralelamente, o órgão em que trabalhava enfrentava grave crise fiscal e o Poder Executivo editou lei complementar fixando limite de despesa com pessoal, o que levou à necessidade de redução do quadro funcional. O dirigente do órgão consultou a assessoria jurídica sobre as possibilidades de perda do cargo pelo servidor.

Com base no Art. 37 ao 41 da Constituição Federal, a assessoria jurídica informou corretamente que a estabilidade do servidor

- (A) é absoluta após três anos de efetivo exercício, não podendo o servidor estável perder o cargo em nenhuma hipótese, nem mesmo mediante sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, salvo nos casos de improbidade administrativa reconhecidos pelo Poder Judiciário.
- (B) não impede a perda do cargo nas hipóteses de sentença judicial transitada em julgado, processo administrativo disciplinar e avaliação periódica de desempenho insatisfatória, sendo também possível a exoneração por excesso de despesa com pessoal, mediante indenização ao servidor, desde que antes sejam adotadas medidas prévias obrigatórias.
- (C) impede a exoneração por excesso de despesa com pessoal, pois essa hipótese viola o núcleo essencial do direito adquirido à estabilidade, cabendo ao ente federado adotar exclusivamente medidas de contenção de novas contratações e reduções remuneratórias para atingir os limites constitucionais.
- (D) permite a perda do cargo apenas por sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, sendo inconstitucionais tanto a exoneração por insuficiência de desempenho quanto a exoneração por excesso de despesa, por ausência de regulamentação infraconstitucional específica.
- (E) admite a exoneração por insuficiência de desempenho e por excesso de despesa com pessoal, mas exige, nesta última hipótese, que o servidor seja previamente transferido para outro órgão do mesmo ente federado, sendo a exoneração com indenização cabível apenas após esgotadas todas as possibilidades de reaproveitamento funcional.

58

A área de compras de uma autarquia federal conduziu procedimento licitatório para contratação de serviços de tecnologia da informação. Durante a fase de habilitação, identificou-se que a empresa classificada em primeiro lugar havia apresentado declaração falsa quanto ao cumprimento dos requisitos de habilitação. Paralelamente, outro membro da comissão questionou se seria possível, após a assinatura do contrato, incluir novos serviços não previstos no edital original, argumentando que isso evitaria a abertura de novo processo licitatório.

Sobre o caso apresentado, com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) A declaração falsa configura infração administrativa punível exclusivamente com multa, não sendo cabível impedimento de licitar nem declaração de inidoneidade para essa modalidade específica de infração.
- (B) A declaração falsa não configura infração administrativa autônoma, devendo ser apurada apenas na esfera penal, sem prejuízo da desclassificação da licitante e da convocação do segundo colocado.
- (C) Os acréscimos quantitativos de serviços já previstos no contrato são admitidos até o limite de 25% do valor inicial atualizado, e a declaração falsa quanto aos requisitos de habilitação configura infração administrativa punível com impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade.
- (D) Os acréscimos quantitativos são vedados em contratos de serviços de tecnologia da informação, por se tratarem de objeto de natureza intelectual, aplicando-se apenas o regime de supressões previsto na lei para essa categoria contratual.
- (E) Os acréscimos quantitativos de serviços já previstos são admitidos sem limite percentual, quando devidamente justificados pela autoridade competente e aprovados pelo órgão de controle interno, desde que não ultrapassem o valor global do contrato original.

59

Um servidor do MPES foi consultado sobre as regras de funcionamento do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (FUNEMP) e precisou esclarecer dúvidas de gestores sobre a composição do grupo coordenador, o agente financeiro responsável e as finalidades de aplicação dos recursos. Sobre esse caso, com base na Lei Complementar nº 366/2006, assinale a afirmativa correta.

- (A) O grupo coordenador do FUNEMP é composto por quatro representantes da Administração Superior, dois representantes do Ministério Público de 1º grau de Entrância Especial, dois representantes dos serviços auxiliares e um representante da sociedade civil; o agente financeiro do Fundo é o BANESES.
- (B) O grupo coordenador do FUNEMP é composto exclusivamente por representantes da Administração Superior e dos serviços auxiliares do Ministério Público, vedada a participação de representantes da sociedade civil na gestão de fundo vinculado a instituição de natureza pública.
- (C) O agente financeiro do FUNEMP é o Banco do Brasil, ao qual compete aplicar os recursos do Fundo segundo as normas definidas pelo órgão gestor e comunicar ao FUNEMP, no prazo de cinco dias úteis, a realização de depósitos a crédito do Fundo.
- (D) Os recursos do FUNEMP podem ser aplicados livremente pelo órgão gestor, inclusive em despesas de pessoal ativo, desde que aprovados pelo grupo coordenador e devidamente incluídos no orçamento do Fundo antes de sua realização.
- (E) O controle externo do FUNEMP é exercido pelo Ministério Público Federal, com auxílio do Conselho Nacional do Ministério Público, sendo seus demonstrativos financeiros atualizados anualmente e disponibilizados para consulta pública na internet.

60

Durante uma reunião do grupo coordenador do FUNEMP, debateu-se a destinação de recursos oriundos de diferentes fontes.

Um membro propôs utilizar parte do saldo para pagamento de gratificações a servidores que se destacaram em projetos institucionais. Outro, questionou se valores provenientes de termos de ajustamento de conduta firmados em face de órgãos públicos estaduais poderiam ser incorporados ao Fundo. Um terceiro indagou se a aquisição de um prédio destinado ao uso compartilhado entre o Ministério Público e outro órgão estadual seria possível com recursos do FUNEMP.

Com base na Lei Complementar nº 366/2006, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pagamento de gratificações a servidores é admitido desde que aprovado pelo grupo coordenador e incluído no cronograma financeiro; os valores de TAC, firmados em face de órgãos públicos estaduais, integram os recursos do Fundo; e a aquisição de prédio de uso compartilhado é permitida quando devidamente justificada pela Administração Superior.
- (B) O pagamento de gratificações é vedado, pois a lei proíbe expressamente a aplicação de recursos do FUNEMP em despesas não previstas em seu rol taxativo; os valores de TAC firmados em face de órgãos públicos estaduais são expressamente ressalvados e não integram os recursos do Fundo; e a aquisição de prédio é admitida apenas quando destinada ao uso exclusivo do Ministério Público.
- (C) O pagamento de gratificações é permitido na modalidade de capacitação de recursos humanos; os valores de TAC firmados em face de órgãos públicos estaduais integram normalmente os recursos do Fundo; e a aquisição de prédio de uso compartilhado é vedada apenas quando envolver entidades privadas.
- (D) O pagamento de gratificações é vedado; os valores de TAC firmados em face de órgãos públicos estaduais integram os recursos do Fundo independentemente da origem; e a aquisição de prédio de uso compartilhado é permitida desde que a maior parte da área seja destinada ao Ministério Público.
- (E) O pagamento de gratificações é admitido como forma de capacitação de recursos humanos por meio de bolsas de desempenho; os valores de TAC de órgãos públicos estaduais são ressalvados; e a aquisição de prédio de uso compartilhado é vedada, pois a lei exige destinação exclusiva para o Ministério Público.

Prova Discursiva

1

Uma associação de moradores do bairro Serra Alta, localizado no Município de Campoverde do Norte, identificou que a Secretaria Municipal de Saúde havia contratado, nos últimos dois anos, uma organização social para a gestão de um hospital público local. Ao acessar o Portal da Transparência do município, os moradores não encontraram nenhuma informação sobre o contrato de gestão, os relatórios de execução ou os indicadores de desempenho da entidade contratada. Tampouco havia qualquer registro sobre o volume de recursos públicos repassados. A associação formalizou pedido de acesso à informação junto à Secretaria Municipal, solicitando o contrato de gestão, os relatórios mensais de execução e os demonstrativos financeiros referentes aos repasses realizados. A Secretaria respondeu, após quarenta dias, informando que os documentos eram de natureza sigilosa, por envolverem estratégias de gestão privada da organização social, e que sua divulgação poderia prejudicar a competitividade institucional da entidade. Diante da resposta, a associação procurou o Ministério Público Estadual, relatando os fatos e solicitando providências.

Com base no caso apresentado,

- a. identifique as principais falhas de gestão e de governança administrativa relacionadas à transparência na execução do contrato de gestão.
- b. explique de que forma essas falhas comprometem o controle da aplicação dos recursos públicos, a prestação de contas e a avaliação do desempenho da organização social contratada.
- c. considerando a atuação do Ministério Público na fiscalização da Administração Pública, proponha duas medidas administrativas que poderiam ser recomendadas ao Município para aperfeiçoar os mecanismos de transparência, monitoramento e controle da execução do contrato de gestão, de modo a prevenir a recorrência da situação descrita.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

2

Rafael é administrador registrado no Conselho Regional de Administração (CRA) e ocupa o cargo de Gerente de Contratos na Fundação Veredas do Saber, entidade paraestatal vinculada ao governo estadual que tem por finalidade apoiar programas de qualificação profissional e inovação tecnológica. Em razão do cargo, Rafael tem acesso a informações estratégicas sobre os processos de contratação da fundação, incluindo os valores de referência utilizados nas licitações, os critérios técnicos de avaliação das propostas e as especificações dos sistemas de TI que a entidade pretende adquirir.

Paralelamente à sua atuação na fundação, Rafael mantém sociedade em uma empresa de consultoria em tecnologia da informação. Sem comunicar a situação à diretoria nem formalizar declaração de impedimento, Rafael participou ativamente da elaboração do termo de referência de um novo processo seletivo para contratação de sistema de gestão educacional. A empresa da qual é sócio posteriormente apresentou proposta e sagrou-se vencedora do certame pelo menor preço.

Ao tomar conhecimento da situação, um membro do Conselho Curador da fundação comunicou o fato à diretoria-executiva. A diretoria, porém, considerou que não havia irregularidade, argumentando que a empresa vencedora havia apresentado a proposta mais vantajosa para a fundação e que Rafael era profissional de reconhecida competência técnica. Inconformado, o conselheiro formalizou denúncia ao CRA.

Com base na leitura do caso, na condição de Agente Técnico (Administrador) do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), responsável por assessorar a Administração em matéria de gestão administrativa e governança, elabore manifestação técnica na qual

- a. identifique as condutas de Rafael que configuram violação ao Código de Ética dos Profissionais de Administração (Resolução Normativa n.º 537/2018 do CFA) e analise por que tais condutas comprometem a integridade, a imparcialidade e a regularidade do processo de contratação, ainda que a empresa da qual é sócio tenha apresentado a proposta mais vantajosa;
- b. analise de que forma o conflito de interesses e a violação ao sigilo profissional descritos no caso comprometem a integridade institucional, a governança e a confiança da sociedade na gestão da entidade.
- c. proponha, de forma fundamentada, duas medidas (administrativas e de controle) que deveriam ser adotadas para responsabilizar Rafael e prevenir a ocorrência de situações semelhantes.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

Realização

